

FICHA TEMÁTICA

MIGRAÇÕES E DEMOGRAFIA

Setembro de 2015¹



Do que estamos a falar?

As migrações constituem um dos principais fatores de mudança na humanidade e, simultaneamente, uma das mais importantes formas de conexão entre as pessoas. Os fenómenos da globalização e as atuais transformações demográficas têm marcado decisivamente os movimentos migratórios, exigindo novas formas de diálogo e cooperação internacionais, que colocam desafios adicionais aos políticos e decisores nacionais de todo o mundo. Mais ainda, a própria globalização e a maior facilidade de comunicação têm vindo a promover uma maior interligação entre os países, tornando as suas populações mais conscientes acerca das disparidades nacionais e regionais e, daí, acerca das reais oportunidades de ascensão económica e social, decorrentes da decisão de emigrar. Encontramo-nos naquilo a que o Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon se refere de **era da mobilidade, onde um número cada vez maior de pessoas atravessa as suas fronteiras nacionais**, em busca de uma nova vida.

Há que ter em conta, porém, que nem sempre a decisão de emigrar resulta de uma escolha formada e de um desejo de atingir uma melhoria substancial nas suas vidas. Parte dos fenómenos migratórios resultam de um imperativo substancialmente diferente, de um desespero ou outra força maior e que naturalmente exige respostas igualmente diferentes.

No quadro das Nações Unidas os *migrantes* são considerados como um grupo vulnerável da população, estando especialmente sujeitos a vulnerabilidades estruturais que se traduzem em maiores entraves jurídicos ou de outra ordem no exercício de escolhas e na reivindicação dos seus direitos a apoio e proteção em caso de crises. A única forma de assegurar um progresso resiliente e sustentável passa, pois, por **colocar a redução das vulnerabilidades no centro das futuras agendas do desenvolvimento**. É neste espírito que a definição da *Nova Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* constitui uma oportunidade acrescida para incluir uma referência específica aos desafios resultantes dos movimentos migratórios e à importância de entendermos as migrações como um fator positivo do desenvolvimento.

Uma abordagem que vise uma integração mais coerente entre as questões das migrações, da demografia e do desenvolvimento pressupõe, igualmente, **colocar as pessoas no centro das preocupações**, procurando assegurar os direitos das populações e contribuir para o progresso equitativo e sustentável das sociedades. O reforço do diálogo e da cooperação entre os povos constituem vetores essenciais para o estabelecimento de pontes de reflexão e entendimento acerca de todas estas realidades e de **promoção de políticas que coloquem também a defesa dos direitos humanos no centro da agenda para o desenvolvimento**.

¹ Autor: Ligia Figueiredo Foto: Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Os fenómenos migratórios de hoje revestem-se de grande **complexidade**. Não só as populações dos países mais pobres emigram para os países considerados ricos, mas assiste-se também a movimentos migratórios das sociedades ditas *desenvolvidas* para as economias emergentes, para além da grande importância da *migração Sul-Sul* – a qual representa 33% da migração global (segundo a OIM). Esta migração encontra-se relacionada não só com a procura de trabalho, mas igualmente com questões mais complexas, como os conflitos, a insegurança ou os fatores ambientais (alterações climáticas), exigindo-se **respostas adequadas a cada situação específica e uma verdadeira coordenação de esforços internacionais**. De acordo com as Nações Unidas, as maiores movimentações populacionais no mundo ocorrem, porém, dentro dos próprios países, constituindo aquilo a que se designa por *migrantes internos*, os quais representam cerca de 740 milhões de pessoas em todo o mundo.

Temas como o emprego/desemprego, mobilidade laboral, desequilíbrios populacionais, direitos humanos, exploração e tráfico humano, migrações e alterações climáticas, papel das diásporas e das remessas no desenvolvimento e a questão da “fuga de cérebros”, entre outros, encontram-se hoje bem presentes na agenda internacional da cooperação para o desenvolvimento, pelo que seria irresponsável negar a **profunda relação que existe entre todos estes fatores, nomeadamente entre os fenómenos migratórios e o processo de desenvolvimento**, sem descurar a sua interligação com as dinâmicas demográficas.

Ao atingirmos globalmente os **7 mil milhões de pessoas**, importa olhar para os desafios e oportunidades que tal número representa em termos de sustentabilidade ambiental, urbanização, acesso ao emprego, à educação e à saúde, desenvolvimento de infraestruturas, bem como no que diz respeito ao equilíbrio demográfico que importa assegurar, à gestão sustentável dos recursos, à prevenção de conflitos e à necessidade de promover a segurança e a paz mundiais.

Atualmente, as tendências demográficas encerram um conjunto de questões complexas e diversificadas, tais como a sustentabilidade dos modelos de crescimento e de segurança social em sociedades envelhecidas, a coesão social ou o impacto da crescente urbanização e desemprego, particularmente nas camadas jovens. Para além disso, a **geografia internacional da pobreza** está em rápida mutação, com a maior parte da população pobre concentrada em países de rendimento médio e com o crescimento da desigualdade, incluindo nos países mais desenvolvidos. Neste contexto, importa refletir sobre o papel que o rápido crescimento populacional no hemisfério sul, com taxas muito elevadas de população jovem, poderá representar para os processos de Desenvolvimento, por contraposição com países que se debatem hoje com o acentuado decréscimo da população jovem, aliado ao envelhecimento da sua população.

A posição de Portugal

A cooperação portuguesa tem estado especialmente atenta a estas dinâmicas, posicionando-se como um importante interlocutor, quer no contexto bilateral - com os seus principais parceiros da cooperação - quer enquanto país que participa nos principais *fora* internacionais onde estas temáticas são discutidas e negociadas, tais como a *União Europeia*, a *OCDE* e as *Nações Unidas*.

No contexto da negociação e definição da *Nova Agenda Global de Desenvolvimento*, Portugal apoiou a inclusão das migrações como um elemento crucial. Como país conhecedor dos desafios inerentes aos fenómenos migratórios – quer enquanto país de emigrantes, quer enquanto destino de imigrantes – Portugal defende que a proteção dos direitos humanos dos migrantes é uma prioridade política transversal e que todos os meios deverão ser postos em prática para combater todas as formas de tráfico de seres humanos, assim como todos os tipos de exploração laboral.

Portugal é, ainda, internacionalmente referenciado como um país que promove a migração segura e protegida e que assegura a proteção dos direitos dos migrantes, apoiando as populações migrantes mais vulneráveis, inclusivamente no domínio da saúde e da educação. Todo este trabalho deriva da ação conjunta de diversas instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, sendo de destacar o papel fulcral desempenhado pelo [Alto Comissariado para as Migrações](#).

Como organismo coordenador da política de cooperação para o desenvolvimento, o [Camões I.P.](#) possui a responsabilidade de pugnar por uma agenda de Desenvolvimento que tenha em conta a nova arquitetura mundial, os seus desafios e condicionalismos, mas que essencialmente consiga marcar a diferença no que toca a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades mundiais, regionais e nacionais, em prol de um mundo mais justo e equitativo.

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Para além do enquadramento geral da [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (1948), que determina que *“todos os seres humano podem invocar os direitos e as liberdades proclamadas na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou outra”*, existem outros compromissos internacionais sobre a temática migratória, os quais foram igualmente subscritos por Portugal, tais como:



Organização Internacional do Trabalho

Convenção n.º 97 da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos trabalhadores migrantes (1999), que procura assegurar a proteção dos trabalhadores migrantes e dos membros da sua família no país de destino.

Convenção n.º 143 da Organização Internacional do Trabalho, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes (1975), no âmbito da defesa dos direitos fundamentais do homem e de todos os trabalhadores migrantes.



União Europeia

Convenção Europeia Relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante (1977), destinada a regulamentar a situação jurídica dos trabalhadores migrantes originários dos Estados Membros do Conselho da Europa.



Nações Unidas

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), também designada Convenção de Genebra, na qual se define a concessão do direito de asilo e o termo *“refugiado”*.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000), que procura prevenir e combater a introdução clandestina de migrantes por via terrestre, marítima e aérea, exigindo uma abordagem global e internacional, incluindo a cooperação, a troca de informações e outras medidas apropriadas, de natureza social e económica, designadamente a nível nacional, regional e internacional.

Resolução AGNU 69/167, fevereiro 2015, que reitera a importância do respeito pelos direitos humanos de todos os migrantes, independentemente do seu estatuto migratório. Portugal foi o único país da União Europeia a assinar esta Resolução das NU.

FACTOS & DADOS

Migrações

Migração consiste no deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. Esses fluxos migratórios podem ser desencadeados por vários motivos, de entre os quais económicos, culturais, religiosos, políticos e naturais.

<p>1 em 7 pessoas são Migrantes</p> <p>232 milhões de migrantes internacionais</p> <p>740 milhões de migrantes internos</p> <p>1000 milhões de migrantes no total</p>	<p>40% migração Sul-Norte</p> <p>33% migração Sul-Sul</p> <p>22% migração Norte-Norte</p> <p>5% migração Norte-Sul</p>
---	--

Refugiados e Deslocados

- **60 milhões de pessoas.** Este é o número atual estimado de refugiados e deslocados, o maior desde a II Guerra Mundial, o qual tem **aumentado nos últimos anos em todas as regiões do mundo**, em resultado da instabilidade, dos conflitos, da pobreza e das perseguições (há apenas uma década, eram 37,5 milhões).
- Só em 2014, **uma média de 42.500 por dia** tornaram-se refugiadas, solicitantes de asilo ou deslocadas internas, boa parte devido ao conflito na Síria. Em todo o mundo, 1 em cada 122 pessoas estão numa destas situações – se fossem a população de país, seriam a 24ª nação mais populosa do mundo.
- Em 2014, só 126.800 refugiados conseguiram regressar aos seus países de origem, o menos número dos últimos 30 anos.
- Metade dos refugiados no mundo são crianças (até aos 18 anos)

Demografia

- Em 1950, a população mundial estava estimada em cerca de 2,6 mil milhões de pessoas. Segundo estimativas das Nações Unidas, esse valor atingiu os 5 mil milhões em 1987, 6 mil milhões em 1998 e **7 mil milhões em 2011, podendo atingir os 9 mil milhões em 2043 e 10 mil milhões em 2083.**
- Enquanto países mais desenvolvidos vivem diminuição global da sua população, os países em desenvolvimento assistem a um crescimento populacional significativo, sendo **expectável que esse aumento persista** ao longo dos próximos anos.
- Segundo o Fundo das Nações Unidas para a População, a média mundial da Taxa Geral de Fecundidade no período 2010-2015 foi de 2.0, mas na África Subsaariana essa taxa atingiu os 5.0. Em muitos países em desenvolvimento, **50% da população ou mais tem menos de 15 anos de idade**, devidos aos maiores níveis de fecundidade e mortalidade.
- A população urbana no Sec. XX cresceu de 220 milhões para 2.8 mil milhões, mas nas próximas décadas a escala de crescimento urbano será sem precedentes; **em 2030 a população urbana em África e na Ásia será o dobro do que era em 2000.**

Efeitos do rápido crescimento populacional:

- Dificuldades de acesso à Educação e Emprego
- Crescimento urbano acelerado e massivo
- Aumento do número de extremamente pobres
- Pressão na procura de alimentos e degradação do meio ambiente
- Estímulo para a exacerbação da desigualdade de rendimentos

MENSAGENS

A complexidade do fenómeno migratório

As teorias que evidenciam única e exclusivamente os fatores económicos como os únicos determinantes dos fenómenos migratórios são redutoras e não refletem a realidade.

Torna-se urgente reforçar o binómio migração-desenvolvimento

Olhar para os potenciais benefícios que a migração poderá trazer não só para os migrantes *de per si*, mas também para os seus países de origem e para os países de destino permite promover uma visão mais holística e abrangente do fenómeno migratório e, conseqüentemente, desenvolver diálogos mais racionais e construtivos entre os países em causa, em prol de uma maior e melhor partilha da prosperidade do mundo.

Migração como um fator de Desenvolvimento

As migrações e os recursos que as mesmas poderão gerar em termos de investimento das diásporas, remessas dos migrantes, conhecimentos e capacidades adquiridos, constituem fatores muito importantes não só no que respeita o desenvolvimento humano, mas também em termos de desenvolvimento local e nacional e maior resiliência relativamente aos riscos económicos e ambientais.

Uma maior coerência de políticas

Dada a complexidade da matéria, torna-se essencial assegurar uma maior coerência entre as temáticas das migrações e do desenvolvimento, no sentido de permitir uma visão mais pluralista, holística e integrada dos fenómenos migratórios, colocando o desenvolvimento no centro das preocupações governativas.

Importância das dinâmicas populacionais

As dinâmicas populacionais constituem não só importantes desafios em termos de gestão governativa, mas poderão também representar oportunidades em termos de desenvolvimento sustentável dos países, quando enquadradas numa estratégia política de longo prazo.

Agenda Global de Desenvolvimento pós-2015

A migração deve ser reconhecida como motor de desenvolvimento socioeconómico e ambiental inclusivo e, a esse título, figurar entre as prioridades da agenda em matéria de desenvolvimento global.

Para saber mais:

[FACEBOOK AED](#)

[WEBSITE AED](#)

[Plano Estratégico para Plano Estratégico para as Migrações](#)

[Convenções ratificadas por Portugal](#)

[Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020](#)

[Agenda Europeia para as Migrações, maio 2015](#)